

Reforma administrativa, encarecimento do plano de saúde, insalubridade

Até 14/9, assembleias de base para debater e mobilizar

Nossa Universidade atravessa um período delicado. As soluções encontradas por nossos dirigentes têm sido, rotineiramente, repassar a conta para a comunidade acadêmica. Neste momento, a Administração da Unesp prepara um conjunto de reformas que caminham nesta mesma direção. Trata-se das reformas administrativa e acadêmica, que surgem sem que a comunidade tenha sido convidada para o debate.

Apesar da gravidade dos temas e dos impactos que tais reformas terão sobre a vida da Universidade, de seus trabalhadores e estudantes, a Reitoria pretende impor sua aprovação a toque de caixa. Na reunião do Conselho Universitário (CO) em 30/8, foi informada a intenção da Reitoria de apresentar as propostas das reformas nos respectivos colegiados em setembro (a Administrativa no CADE e a Acadêmica no CEPE), culminando com a aprovação num CO extraordinário ainda no mesmo mês. O processo não poderia ser mais impositivo, acelerado e antidemocrático!

Para debater este cenário e a nossa reação, o Sintunesp orienta a realização de assembleias de base até o dia 14/9, com os seguintes pontos de pauta:

1) Reforma Administrativa: O que a reitoria pretende / nossa reação. Proposta de paralisação nos dias de reunião do CADE (19/9) e do CO extraordinário em setembro.

2) Plano de Saúde: Perspectiva de encarecimento para o servidor / nossa reação.

3) Adicional de Insalubridade: Informes e orientação aos servidores que se sentem prejudicados.

A seguir, confira subsídios sobre os três pontos da pauta e não deixe de participar da assembleia em seu campus. Se não apostarmos na mobilização, os prejuízos à categoria e à Universidade podem ser grandes.

Reforma administrativa

Em meio a longa greve de 2014, que durou cerca de quatro meses, foram criados alguns grupos de trabalho para repensar aspectos centrais da Universidade. A greve havia colocado em xeque a política de cortar salários e benefícios como caminho para solucionar a alegada falta de recursos.

Um destes grupos, denominado “Grupo de Trabalho – Gestão Administrativa (Pessoas e Processos)” foi montado pelo Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), em 20/8/2014, por deliberação do Conselho Universitário. Seu objetivo era o de “realizar estudos e apresentar estratégias para que a Unesp consolide seu equilíbrio econômico-financeiro, de forma a elevar o nível de excelência de suas atividades-fim, atingido ao longo de sua trajetória, especialmente após a conquista da autonomia universitária.”

Deste grupo, fizeram parte servidores docentes e técnico-administrativos, entre eles membros eleitos pelo Chapão Sintunesp/Associações. Eles lembram que o documento final do grupo, entregue ao CADE em 18/11/2015, continha um conjunto de ideias e reflexões importantes sobre a estrutura administrativa da Unesp (**o documento acompanha este boletim**). O objetivo era que, a partir deste documento, fosse criada uma comissão específica, com a participação o mais representativa possível, para formular propostas objetivas.

Mas nada disso aconteceu. Após ser apresentado no CADE, o documento foi remetido ao CO, entrando em pauta na reunião de 25/2/2016. Membros da atual Reitoria, à época na condição de conselheiros, chegaram a cobrar que a então Administração desse encaminhamento ao debate. Mas isso não ocorreu. Não houve apresentação e nenhuma discussão sobre o teor do documento no CO.

Agora, quase três anos depois, já sob nova Administração, a reforma administrativa volta à ordem do dia. No entanto, nada é dito do material produzido pelo GT citado acima. Aliás, nada é dito sobre quais propostas estão sendo gestadas. Pelo menos, nada é dito à comunidade, principal interessada neste debate. O clima nas unidades é de temor, pois não se sabe o que vem por aí. Propostas para enxugar e cortar gastos, simplesmente, sem preocupação com os destinos da instituição? Quem está elaborando as propostas? Que foi ouvido?

O Sintunesp manifesta extrema preocupação sobre o tema e cobra da Reitoria que abra a discussão com a comunidade. Que seja criada uma comissão amplamente representativa, que faça o debate publicamente, formule propostas e as devolva para a comunidade. Sem isso, qualquer mudança,





além de antidemocrática, poderá estar fadada ao fracasso.

A proposta do Sindicato é que os servidores debatam essa questão e façam sugestões nas assembleias de base. E que avaliem o indicativo de paralisação durante a reunião do CADE em setembro (dia 19), e no dia do CO extraordinário.

Unesp Saúde

Na reunião do CADE em 15/8, esse tema foi ponto de pauta. A seguir, reproduzimos o informe dado no boletim específico.

O professor Trajano Pires da Nóbrega Neto, superintendente do Unesp Saúde, informou sobre o fim do contrato atual com a Unimed em 30/11/2018. A partir de 1º/12/2018, será celebrado um novo contrato com aquela operadora, devidamente orientado pela Assessoria Jurídica da Universidade. Ele destacou que não haverá possibilidade de aumentar o valor de subsídio ao plano, atualmente orçado em R\$ 17 milhões, e disse que a alternativa mais viável para manutenção do plano é realizar uma alteração nas faixas de enquadramento salarial dos usuários, que passariam das atuais 13 faixas para 21. Neste caso, para os servidores enquadrados nas faixas 1 a 12 não haveria aumento no valor do plano. A atual faixa 13 seria fatiada em 8 novas faixas, com percentual de 18% entre uma e outra, sendo que para as faixas 13 (atual) e 14 (nova) haveria um pequeno decréscimo no valor do teto. Para as demais faixas criadas, o valor do teto seria de 10% do valor máximo do enquadramento. O professor Trajano considera que essa proposta é a mais viável, pois outra alternativa seria retirar o patrocínio dos usuários inativos. Esclareceu ainda que a única operadora habilitada para o convênio foi a Unimed.

Após a exposição, conselheiros do Chapão manifestaram-se, denunciando o fato de que, mais uma vez, o ônus recairá sobre o trabalhador da Unesp, que já arcou com dois aumentos de grande monta no valor do plano desde 2016, sem que no período tivessem reajustes salariais. Eles também comentaram o fato de que o valor orçado para subsídio ao plano sempre foi de R\$ 8 milhões, mas que o dispêndio efetivo sempre foi maior do que isso. Por fim, externaram preocupação com possíveis evasões do plano, especialmente nas faixas salariais mais altas (com um novo contrato, virão novos valores, o que implicaria aumentos em duplicidade para estas faixas), com migração para atendimento junto ao Iamspe, com suas conhecidas limitações.

O presidente do CADE e pró-reitor de Planejamento Estratégico e Gestão, professor Leonardo Theodoro Büll, disse apenas que, infelizmente, não será possível aumentar o valor do patrocínio. Também presente à reunião, o reitor Sandro Roberto Valentini interveio, dizendo que “as perspectivas em relação ao orçamento não são muito animadoras”. O reitor frisou que o plano é muito bem estruturado e que o considera benéfico para os servidores da Universidade. Lembrou, por fim, que caberá ao CADE votar a proposta orçamentária do próximo ano, ainda a ser apresentada.

Pasqual Barretti, diretor da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) e vice-presidente do CADE, disse que, no Brasil, a população é que paga a conta da saúde e que, em sua opinião, estamos defendendo “privilégios”. Disse ainda que as unidades estão há quatro anos sem aumento no custeio e que deve ocorrer um grande aumento na insuficiência financeira da Universidade.

Representantes dos servidores lembraram a ele que, quando há reajuste salarial, automaticamente ocorrem mudanças de faixa. “Com os salários praticamente sem reajuste desde 2015, qualquer aumento no plano passa a ser cruel, e a tendência é termos preços muito próximos daqueles praticados no mercado”. Eles enfatizaram que a Universidade só vai continuar sendo o que é se o seu trabalhador tiver saúde de qualidade, o que justifica a necessidade de aumento no subsídio por parte da Universidade.

Adicional de Insalubridade

A revisão do Adicional de Insalubridade dos servidores estatutários, já concluída, manteve a maioria dos valores dentro dos níveis em que estavam. Segundo informações da Reitoria, houve alterações para um pequeno número de servidores (cerca de 1%). As avaliações foram feitas pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME), de acordo com a legislação estadual, que exige que isso aconteça a cada cinco anos.

O Sintunesp procurou acompanhar todo o processo desde o início, para orientar os servidores sobre como proceder. Em junho de 2017, por exemplo, o Sindicato conseguiu ser recebido pelo DPME, em reunião na qual também participaram representantes da Reitoria. O objetivo da reunião foi esclarecer uma série de dúvidas do Sindicato em relação à avaliação/revisão do Adicional de Insalubridade que vinha ocorrendo na Unesp.

Os representantes do DPME explicaram que este processo precisa ser feito em todos os setores do serviço público estadual, sendo reavaliado a cada cinco anos. Mas foram categóricos em afirmar que só haveria alteração no adicional recebido pelo servidor (para mais ou para menos) se ocorresse mudança de cargo ou função, alguma modificação significativa em suas atribuições e/ou nas atividades relacionadas à rotina de trabalho, e, ainda, se tivesse ocorrido nova avaliação pericial modificando os graus atribuídos ao local ou atividade. Sem estas condições, o adicional não sofreria mudanças.

Na reunião do CADE de 15/8/2018, novamente o assunto foi levantado pelos conselheiros vinculados ao Chapão Sintunesp/Associações. O presidente do CADE, professor Leonardo Theodoro Büll, disse que os servidores que não concordem com os resultados da avaliação devem procurar o RH de sua unidade para informações e procedimentos a serem adotados.

Feito isso, caso o servidor ainda se sinta prejudicado, deve procurar o Sindicato imediatamente, para que tome as devidas providências em sua defesa.